

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO TRABALHO FORMAL NO MATO GROSSO DO SUL NOS GOVERNOS LULA E DILMA NO PERÍODO DE 2003-2014

Jéssica Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
fernandes.jessica10@gmail.com

Narciso Bastos Gomes

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
narcisogomes@ufgd.edu.br

Jane Corre Alves Merndonça

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
janemendonca@ufgd.edu.br

Antonio Carlos Vaz Lopes

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
antoniolopes@ufgd.edu.br

Eixo Temático: Educação, saúde e sociedade

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a evolução ocorrida no mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul-MS, frente às políticas dos governos Lula e Dilma pelas referências do PNAD, CAGED e RAIS, durante o período de 2003 a 2014. O emprego formal de trabalho representa grande importância na economia brasileira, devido proporcionar acesso a crédito, a proteção social, como o Fundo de Garantia, seguro desemprego e, diversos outros benefícios. Mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, a inserção internacional e as políticas macroeconômicas das últimas décadas promoveram dinâmicas regionais, nacionais e locais no modo de gestão e organização, assim como no comportamento do mercado de trabalho. O estado de Mato Grosso do Sul é uma unidade federativa brasileira não significativamente industrializada. O estudo caracteriza-se como um estudo quantitativo e qualitativo, onde as estratégias de pesquisa foram a bibliográfica, documental e descritiva, onde os dados foram obtidos por meio da análise documental nos indicadores PNAD, RAIS e CAGED. Os resultados apontam que durante os governos Lula e Dilma houve crescimento do emprego formal, demonstrando uma evolução nos três indicadores, com maiores índices de crescimento apresentados nos indicadores RAIS (86,95%) e PNAD (75,31%).

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Trabalho Formal; Trabalhador; Emprego.

1 INTRODUÇÃO

Mudanças estruturais, econômicas e sociais, principalmente no mercado de trabalho marcaram o final do Século XX e início do Século XXI, mudanças estas que de certa forma tiveram impactos no mercado formal de trabalho. No Brasil estas mudanças em especial foram, decorrentes em parte das políticas governamentais dos últimos governos, incluindo os governos Lula e Dilma, nos períodos de 2003 à 2014, bem como dos mercados internacionais e dos impactos da globalização, abandonando antigos meios de produção, buscando novos, mais flexíveis e modernos, conforme Mattei *et al* (2012).

Quanto a geração ou eliminação de empregos, Mattei *et al* (2012) afirmam que alguns dos efeitos globais deste processo de transformação no modelo de produzir bens, produtos e serviços, resultam na precarização das relações de trabalho, a redução da oferta de postos de trabalho pelas empresas, a menor presença do Estado na regulamentação do mercado de trabalho e um conjunto de inseguranças que afetam de maneira especial trabalhadores de países em desenvolvimento, onde estes mercados encontram-se menos estruturados.

Para Organização Internacional do Trabalho – OIT (2013), a maioria dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, apresentou um aumento do emprego formal entre 2010 e 2011 e uma redução das desigualdades de renda ao comparar com os países desenvolvidos, entretanto ainda assim destaca que mesmo neste cenário mais empregos serão necessários, para que haja um melhor equilíbrio na distribuição de renda tanto nos países emergentes quanto nos de alta renda.

Em relação ao nível de emprego no Brasil, o nível de ocupação da mão de obra economicamente ativa consistia em 56,7%, da população total com idade adequada para o trabalho, no primeiro trimestre do ano de 2014. Ao se comparar este índice com o primeiro trimestre de 2013 nota-se que o nível de pessoas ocupadas em empregos entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2014 teve um crescimento de 0,04 pontos percentuais, mostrando que entre 2013 e 2014 houve um crescimento ínfimo na taxa de ocupação.

Regionalmente, a análise dos índices de empregos formais, segundo o relatório do IBGE (2014) aponta que no primeiro trimestre de 2013 a Região Sul e Centro-Oeste foram as regiões que apresentaram maiores percentuais de pessoas ocupadas, 61,2% e 61,1% respectivamente. Esse aumento do emprego formal reflete um maior dinamismo no crescimento do PIB em 2013, assim como, na redução da taxa de desemprego no Brasil, que neste mesmo ano ficou em 5,4%,

de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, sendo este o menor valor da década.

Em se tratando da criação de empregos nas regiões brasileiras, a região Centro-Oeste foi a que apresentou maior expansão de emprego no ano de 2013, 6,18% em termos relativos, segundo dados da RAIS (2014). A segunda região que mais gerou empregos formais no Brasil, foi a Região Norte, 4,62%. Considerando-se a criação de emprego formal na região Centro-Oeste, pode-se dizer que o crescimento nesta região deu-se em grande medida pelo incremento de 120,6 mil novos postos, sendo 18.430 para o estado de Mato Grosso do sul, segundo dados da RAIS (2014).

Outro indicador de empregos formais no Brasil é o Cadastro de Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, segundo este indicador, o emprego formal no Brasil cresceu 2,24% de janeiro a outubro de 2014, representando 912.287 postos de trabalho em números absolutos. Sendo que de outubro de 2013 a outubro de 2014, houve o aumento de 473.796 postos de trabalhos, 1,15% em termos relativos CAGED (2014).

A análise setorial dos empregos formal, no mês de Agosto de 2014, de acordo com CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2014), enviado pelas empresas ao Ministério do Trabalho no Brasil, aponta um desempenho favorável do emprego formal no Brasil está relacionado ao Setor de Serviços, setor da economia brasileira que foi o que mais gerou postos de trabalho, havendo um aumento de 71.29 mil, seguido do Comércio com um aumento de 40.61 mil e a Construção Civil aumentando em 2.23 mil seu número de empregos formais. Neste mesmo período, dois setores apresentaram declínio no número de empregos formais, a Indústria de Transformação, que obteve o declínio de 4.11 mil postos e a Agricultura, que diminuiu em 9.62 mil empregos, por motivos sazonais.

Para analisar a evolução do trabalho formal no Brasil, existem alguns indicadores oficiais a disposição dos pesquisadores, dentre estes indicadores, predominam, o CAGED, a RAIS e a PNAD, que serão as fontes primárias de pesquisa deste estudo.

O estado de Mato Grosso do Sul tem uma população estimada em 2014 pelo IBGE (2014) de 2.619.657 habitantes distribuídos em 79 municípios. O MS é caracterizado por sua forte tradição e vocação agropecuária, assim considerado o estado de maior crescimento econômico na Região Centro-Oeste, conforme o Portal MS (2014).

Quanto à geração de empregos no mês de agosto de 2014, segundo dados do CAGED (2014) no MS o setor que mais gerou empregos foi o setor de Serviços, aumentando em 914 seus postos de trabalho, seguido da Construção Civil que aumentou em 761, o Comércio expandiu em 179, sendo que a Agricultura e a Extrativa Mineral geraram respectivamente, 44

e 36 novos empregos formais. Observa-se também que a Indústria no estado de Mato Grosso do Sul o número de empregos formais no ano de 2013 foram de 635,6 mil, apresentando um crescimento de 2,99% ao se comparar com o ano de 2012.

Os setores que apresentaram melhores desempenhos foram a Administração Pública, com 6,2 mil novos postos de trabalho, o Comércio com 5,5 mil e a Construção Civil com 4,6 mil empregos gerados. Observou-se um desempenho negativo de 2,4 mil postos de trabalhos eliminados no setor de Serviços (RAIS, 2014).

Diante deste contexto das políticas de geração de empregos formais dos governos Lula e Dilma é que o estudo pretende responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a evolução no mercado de trabalho formal no Mato Grosso do Sul, frente as políticas dos governos Lula e Dilma para o Mercado de trabalho em relação ao mercado de trabalho brasileiro pelas referências do CAGED, RAIS e PNAD nos períodos de 2003 a 2014?

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Quanto à realidade do mercado formal de trabalho, Olimpia e Rolim (2000) afirmam que fatores como à globalização e às inovações tecnológicas e organizacionais levaram o mercado de trabalho brasileiro a se modificar muito ao longo das últimas três décadas.

Desde 1980, uma característica marcante e preocupante para o governo brasileiro é a elevada proporção de trabalhadores informais, isto é, sem carteira de trabalho assinada, no total da força de trabalho ocupada. Em 1981, os trabalhadores sem um contrato formal de trabalho atingiam 28,0% do total da população ocupada, compara Ulyssea (2005), a partir da década de 1990 foi que a informalidade apresentou uma tendência de crescimento.

O mercado de trabalho no Brasil foi influenciado pelas diversas transformações na economia brasileira, como a aceleração inflacionária, que começou em 1980 terminando em meados da década de 1990. A abertura comercial, no início de 1990, também impactou profundamente esse mercado, pois alterou elementos no setor produtivo, levando muitas empresas a reduzir custos, eliminando empregos formais e os substituindo por máquinas e mão-de-obra informal, somado ao processo de privatização intenso ocorrido na época. Os setores de transformação e de serviços foram mais impactados pela abertura comercial do Brasil, principalmente pela concorrência e pela opção de muitas empresas de terceirizar a mão-de-obra (STADUTO, JONER E SCHIO, 2010).

Quanto a realidade econômica brasileira, Amadeo et al (1994) dizem que na década de 1980, mesmo com o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (1,5% a.a.), o mercado de trabalho cresceu a taxa média de 3,5% a.a., cerca de 1, 85 milhão de novos empregos anuais. A população ocupada aumentou de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 milhões em 1990. Essa década teve um crescimento no emprego de 40%, enquanto que nas décadas de 1950 e 1960 o crescimento foi de 30% por década, contudo, nessas últimas o crescimento do PIB foi maior do que foi observado na década de 1980.

No início da década de 1990, o nível de ocupação de emprego teve uma queda de cerca de 300 mil, a partir dos dados da Pesquisa Mensal do Emprego – PME. Em 1991, o mercado de trabalho no Brasil gerou cerca de 400 mil empregos e ao final de 1993 a geração de emprego caiu para 100 mil novos postos de trabalho (RAMOS; BRITO, 2003).

Após a implantação do Plano Real em 1994, o nível de ocupação aumentou significativamente, de 15,5 milhões em julho de 1994 para 16,7 milhões em novembro de 1996. Devido, principalmente, a expansão do setor de serviços. Esta evolução para Staduto, Joner e Schio (2010), ocorridas na década de 1990 deslocaram empregos do setor da indústria para os setores de serviços e comércio, além da conversão de trabalhos formais em informais. Quanto ao emprego informal para Amadeo et al (1994) o grau de informalidade nos anos de 1980 foi relativamente menor, havendo um crescimento do emprego formal de meados de 1984 à 1987, em relação os anos de 1990, predominando especialmente os sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, tiveram um crescimento contínuo de 1990 a 1992.

2.2 TIPOS E SEGMENTOS DE MERCADO DE TRABALHO

Historicamente, as pessoas livres eram ocupadas em alguma atividade de trabalho na ótica dos gregos havia ocupações de caráter inferior e as de caráter superior. As ocupações eram visadas como para satisfação pessoal e eram desenvolvidas por escolha própria, foi com o aparecimento da economia monetária que diferenciou a ocupação como meio de ganhar a vida da ocupação como meio para manter o *status quo*.

O mercado de trabalho é classificado, de acordo com a PNAD (2014) entre pessoas ocupadas e desocupadas. Dentre as ocupadas têm-se os empregados, o trabalhador por conta própria, o empregador, o trabalhador doméstico e o trabalhador familiar auxiliar. Classificam-se os empregados em setor público e setor privado, sendo o de setor público, o militar e servidor público. No setor privado têm-se duas classificações somente, os empregados com carteira assinada e os sem carteira de trabalho assinada. No que tange ao trabalhador doméstico, pode-

se ter também com ou sem carteira de trabalho assinada.

2.3 MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL

O emprego formal é considerado como aquele que proporciona conquistas sociais, onde o trabalhador tem seus direitos garantidos, como aposentadoria, férias, décimo terceiro salário, dentre inúmeros benefícios garantidos pela lei. Neste contexto o mercado formal de trabalho é significativamente regulamentado, operando em maior escala e com estabelecimentos mais capitalizados, caracteriza-se por ter maior acesso a linhas de financiamento oficiais e oferecidas pelos bancos (MIGLIORA, 2011).

O trabalho para ser considerado formal tem que ser aquele que tem alguma forma de proteção social previdenciária, com carteira de trabalho assinada, isto é, protegidos por contratos de trabalho ou por estatutos públicos (BORGES; SILVA; BARROS, 2008).

Ao tratar sobre o desenvolvimento econômico e as mudanças que podem ocorrer nesse ambiente, Vieira, Missio e Dathein (2013) afirmam que mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, a inserção internacional e as políticas macroeconômicas das últimas décadas promoveram dinâmicas regionais, nacionais e locais no modo de gestão e organização, assim como no comportamento do mercado de trabalho, dessa forma é imprescindível delinear estudos sob a ótica regional/nacional de modo a identificar as dinâmicas regionais e definir as políticas voltadas para as áreas menos desenvolvidas

No início do Século XXI, o Brasil experimentou uma reação forte do mercado de trabalho formal, principalmente com a elevação contínua dos trabalhadores com carteira assinada, assim como de contribuintes para a previdência social, sendo que do ano de 1999 a 2003 o crescimento anual médio do emprego formal foi de 1,13 milhões de postos de trabalho no Brasil, conforme aponta Corseuil, Moura e Ramos (2011).

Os principais fatores responsáveis da trajetória de recuperação do emprego formal no Brasil durante o período de 2001 a 2005 são o aumento e desconcentração do gasto social, aumento e diversificação do crédito interno e do saldo exportador, consolidação do regime tributário para microempresas e empresas de pequeno porte, assim como uma maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra e fiscalização das condições de trabalho (CARDOSO JUNIOR, 2009).

O mercado de trabalho formal no período de 2000 a 2010 no Brasil, de acordo com Figueiredo (2012), revela aspectos positivos quanto à evolução do emprego quantitativamente. Quando se considera a evolução do estoque de empregos formais, a última década registrou o

aumento de 19,1 milhões no âmbito do trabalho formal, chegando a 46,3 milhões de postos formais. Cardoso Junior (2009) ao analisar o emprego ao longo do período 1995/2005 comprova-se uma tendência para retomada de uma possível reestruturação e melhor organização do mercado de trabalho nacional. Quanto à distribuição espacial do emprego formal, de acordo com Staduto, Joner e Schio (2010), as regiões menos desenvolvidas, região Centro-Oeste, Norte e Nordeste, apresentaram um maior crescimento do emprego formal de 1985 a 2002. Nos primeiros anos do século XXI houve um forte aumento da atividade econômica no mercado de trabalho. O crescimento do emprego formal do ano de 2000 a 2005 foi de 4,9% a.a., enquanto que de 1996 a 1999 cresceu apenas 1,3% a.a..

Dados divulgados pelo Observatório do Mercado de Trabalho Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego (2010), no período de janeiro de 2003 a junho de 2010, houve uma expansão significativa dos postos de trabalho, foram gerados 13.996.953 empregos com carteira assinada, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). No ano de 2008, o patamar da informalidade chegou a 49,4% no Brasil, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Consequentemente, também houve o melhor resultado no nível de formalização do trabalho, passando de 33,1% em 2007 para 34,5% em 2008, somando 31,9 milhões de empregados formais.

2.5 MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul, Unidade Federativa do Brasil não se caracteriza como um estado significativamente industrializado, sendo que as mudanças ocorridas com a produção na década de 1990 não tiveram impactos sobre a estrutura produtiva, e consequentemente, o dinamismo do emprego no estado. O comportamento do mercado de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul durante o período de 1990 a 2010 foi marcado inicialmente por um declínio na oferta de empregos para recuperação posterior (VIEIRA; MISSIO; DATHEIN, 2013).

Durante o período de 1995 a 1998 no Mato Grosso do Sul, tem-se uma tendência de demissões, sendo que foram desligados nos primeiros dois anos um total de 16.858 trabalhadores a mais que as contratações. Esse resultado reflete as dificuldades enfrentadas por alguns setores que adotaram políticas de ajuste frente a uma conjuntura globalizada e de estabilização econômica, essa tendência é observada até o final da década (VIEIRA; MISSIO; DATHEIN, 2013).

2.6 GOVERNOS LULA E DILMA

Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito como Presidente da República do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores em seu primeiro governo para o mandato no período de 2003 a 2006, contava com o apoio dos movimentos sociais da classe média e de setores do empresariado. Lula tinha o desafio de mudar a política econômica, entre as medidas a serem tomadas estava o controle da inflação, a dívida externa e interna, enfrentar a desigualdade do país, assim como gerar empregos. Em relação ao mercado de trabalho, além do desafio de gerar empregos formais e de qualidade, teve que ampliar as iniciativas de redução da informalidade, assim como, estender o acesso dos trabalhadores ao sistema previdenciário (FREITAS, 2007).

No governo de Lula foi criado o Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) que, concede incentivos financeiros às instituições que contratem jovens. Sendo que, com a implementação do programa não obteve o resultado esperado, visto que já existia um mercado de trabalho flexível no Brasil.

Com a primeira eleição de Lula, houve grande expectativa sobre às mudanças a serem implantadas no âmbito das relações capital/trabalho. Nessa primeira gestão do Governo Lula, a Central Única dos Trabalhadores formulou um conjunto de temas que interessavam a eles e ao movimento sindical, sendo eles, o salário e o emprego, jornada de trabalho, relações de trabalho, políticas públicas, orçamento e políticas salariais e, democracia e liberdade (RODRIGO; RAMALHO; CONCEIÇÃO, 2008).

Em se tratando do emprego formal no Governo Lula, alguns itens evoluíram durante o segundo mandato, como o salário mínimo, o combate ao trabalho escravo etc., contudo, não conseguiram uma evolução mais acentuada visto que apresentam resistência do empresariado, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho (RODRIGO; RAMALHO; CONCEIÇÃO, 2008).

No que tange ao mercado de trabalho no Brasil, durante o Governo Lula, segundo Rodrigues, Ramalho e Conceição (2008) os números foram bastante favoráveis ao crescimento do emprego, rendimentos e consumo dos trabalhadores, que conforme índices da RAIS houve o crescimento do emprego formal no período de 2002-2006, período compreendido ao primeiro Governo Lula, sendo que nesse período houve o crescimento de 6.471 empregos.

Com o aumento da formalização do emprego e da melhoria das condições macroeconômicas, no governo Lula, segundo Rodrigo, Ramalho e Conceição (2008) resultou aumento significativo da renda e um aumento no que tange os postos criados no mercado de

trabalho, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego para o ano de 2006, houve a criação de 1,3 milhão de empregos com carteira assinada

O governo Dilma manteve a política macroeconômica baseado nas metas de inflação e superávit fiscal primário e na flutuação da taxa de câmbio. Tiveram importantes mudanças na gestão desse regime, a alcance de taxas mais elevadas de crescimento econômico, destacando a recuperação da indústria (CAGNIN et al, 2013).

3 METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa deste estudo caracteriza-se quantitativa, por permitir a tabulação estatística e numérica dos dados, permitir analisar o volume de empregos e quantificá-los em diferentes períodos. Neste estudo o tratamento qualitativo é necessário para que seja possível discutir os conteúdos obtidos na pesquisa documental de forma que seja possível interpretá-los e discuti-los.

Este estudo pautado pelas estratégias da pesquisa bibliográfica e documental, devido as suas características de estudo longitudinal, não definiu amostra, mas, apenas o período para a análise dos dados compreendidos entre os anos de 2003 a 2014.

Os dados foram obtidos mediante a pesquisa documental em sites onde são publicados os indicadores PNAD (2003-2014) CAGED (2003-2014) RAIS (2003-2014) que serviram para análise do mercado de trabalho formal e sites das instituições responsáveis pelos índices do emprego formal no Brasil. Caracterizando-se, portanto, esta estratégia de pesquisa como a principal fonte de coleta de dados deste estudo.

Na análise dos dados, os dados numéricos foram estruturados em uma planilha em Excel, para que se obter os índices de crescimento ou redução. Ao obter e estruturar estes dados, os mesmos foram ilustrados em forma de gráficos, de forma a mostrar essas evoluções.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os dados obtidos na pesquisa referente aos indicadores, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED no período de 2003 a 2014, caracterizando a evolução do emprego formal no governo Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2014).

4.1 INDICADOR - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

Quanto ao emprego formal no Mato Grosso do Sul, no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS houve geração de empregos em todos os anos totalizando 89.085 empregos com carteira assinada no estado de Mato Grosso do Sul, sendo que o ano 2005 o de maior geração de emprego 27.537 o que representa 31% do total de empregos gerados, enquanto o ano de 2006, houve uma desaceleração do crescimento do emprego formal e o estado gerou 19.488 empregos. No último ano de mandato em 2006 o volume de empregados totalizou 438.685 em MS.

Tabela 1: Total de empregos formais por ano no MS

Ano	Empregos formais	Taxa de variação anual	Taxa de variação anual (%)
2002	349.600	-	-
2003	365.242	15.642	4,47
2004	391.660	26.418	7,23
2005	419.197	27.537	7,03
2006	438.685	19.488	4,65
2007	472.170	33.485	7,63
2008	497.320	25.150	5,33
2009	523.507	26.187	5,27
2010	560.789	37.282	7,12
2011	597.968	37.179	6,63
2012	617.193	19.225	3,22
2013	635.625	18.432	2,99
2014	653.578	17.953	2,82

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da RAIS (2014)

No segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) o saldo de empregos formais foi positivo em todos os anos totalizando 122.104 empregos no período destaque para o ano de 2010 com 37.282 empregos e a menor quantidade gerada aconteceu em 2008 com 25.150 empregos. Assim o segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) houve um aumento de 40,21% em relação ao primeiro mandato o que demonstra o crescimento constante de emprego apesar de algumas oscilações no período.

No mandato da Presidente Dilma (2011-2014), foram gerados um total de 92.789 empregos formais no Mato grosso do Sul sendo que no primeiro ano do mandato foi o período de maior geração de empregos 37.179 porém nos próximos anos houve desaceleração de

empregos atingindo um menor nível em 2014 com 17.953.

4.2 INDICADOR - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED)

Outro indicador utilizado para avaliação do nível de emprego no MS foi a CAGED que demonstrou também uma evolução do emprego formal no governo do Presidente Lula durante o período de (2003-2006). De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED durante o primeiro mandato o estado do Mato Grosso Sul obteve um saldo total positivo de 29.229 empregos formais, ou seja, houve mais admissões a mais que as demissões. O ano que teve o maior saldo positivo no primeiro mandato foi 2004 com um saldo positivo de 20.087 o que corresponde cerca de 69% do total de empregos gerado enquanto o ano de 2003 o que apresentou menor saldo de apenas 1.018 admissões superior a demissões,

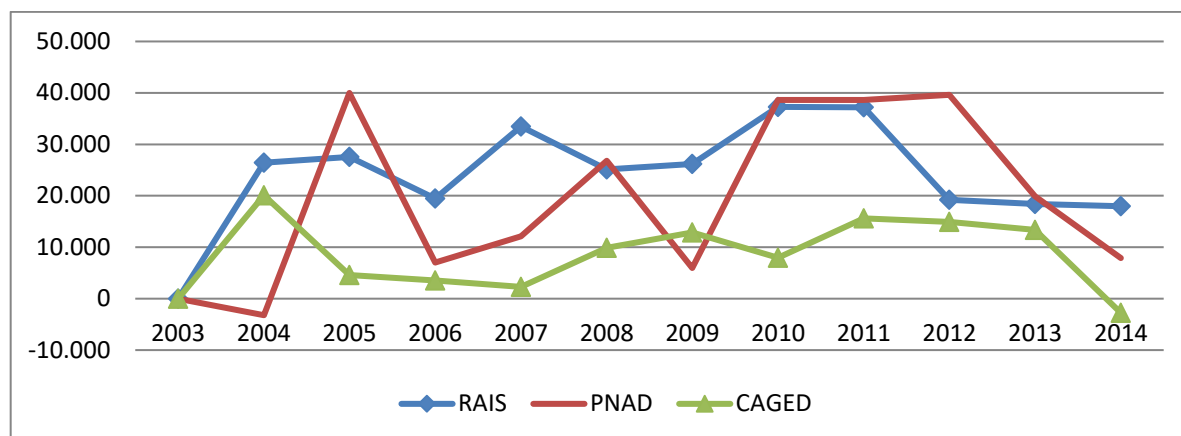
No segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010) os registros de saldos de empregos gerados de acordo com os dados da CAGED aumentaram em 15.581 em relação ao primeiro mandato totalizando 44.810 um aumento de 65%, sendo o ano de 2010 o maior saldo positivo com 19.738 empregos e 2007 foi quando o estado obteve o menor saldo de emprego apenas 2.286 positivo.

Já no primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014) o estado de Mato Grosso do Sul obteve um saldo positivo na geração de empregos de 23.563 de acordo com os dados da CAGED, sendo que o maior saldo no ano de 2015 houve com 15.500 positivos já em 2017 o estado apresentou saldos negativo de 2.752 empregos, ou seja, as demissões superaram as contratações. Foi o único ano analisado que a CAGED apresentou essa situação. Ou seja, foram 11 anos que o estado contratou mais do que demissão.

4.4 COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO SEGUNDO OS INDICADORES: RAIS - PNAD – CAGED NO PERÍODO DE 2003 A 2014

Neste tópico faz-se a comparação do volume de emprego formal no Mato Grosso do Sul segundo as fontes RAIS - PNAD – CAGED no período de 2003 a 2014, conforme pode se visualizar no Gráfico 1

Gráfico 1: Comparação do saldo de 2003 a 2014, segundo dados da RAIS, PNAD e CAGED no MS



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da RAIS, PNAD e CAGED.

No Gráfico 1 pode-se observar uma tendência nos três indicadores de queda do crescimento do emprego formal durante o período de 2011 a 2014, correspondente ao período do governo Dilma. No período do governo Lula, destaca-se queda no ano de 2006 e entre 2008 e 2009, entretanto se observa crescimento durante os anos de 2006 a 2008.

Pode-se observar que os dados da RAIS tem pouca variação do emprego formal, caracterizando-se por ser mais constante em comparação aos dados da PNAD e do CAGED, não obtendo queda do emprego formal em nenhum ano durante o período de 2003 a 2014 no estado de Mato Grosso do Sul, como mostra a Tabela 2. Essa característica da RAIS pode se ser justificável por se tratar de um relatório obrigatório enviado pelas empresas para órgãos do Governo Federal que faz gestão governamental do setor do trabalho, sendo dessa forma um instrumento de coleta de dados anuais e Informações Sociais. Segundo a RAIS foram gerados um total de 288.336 empregos formais de 2003 a 2014.

Tabela 2: Variação do emprego formal no MS, segundo RAIS, PNAD e CAGED

Ano	RAIS	PNAD	CAGED
2003	15.642	5.101	-
2004	26.418	-3.216	20.087

2005	27.537	39.995	4.612
2006	19.488	7.049	3.511
2007	33.485	12.137	2.286
2008	25.150	26.815	9.866
2009	26.187	5.959	12.900
2010	37.282	-	7.938
2011	37.179	77.258	15.592
2012	19.225	38.600	14.925
2013	18.432	19.876	13.346
2014	17.953	7.886	-2.752
Total	288.336	233.359	102.311

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS, PNAD e CAGED

No que tange a variação do emprego formal segundo o indicador PNAD durante o período de 2003 a 2014 foram gerados um total de 233.359 empregos com carteira assinada, sendo o único indicador a iniciar o período com queda do emprego formal, 3.216 empregos perdidos. Esse indicador demonstra grandes variações do emprego formal em comparação ao indicador RAIS e CAGED, caracterizando-se por ser pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios, extraída de uma amostra mestra, a fim de garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos.

Ao analisar a variação do emprego formal CAGED, constata-se que durante o período de 2003 a 2014 foram gerados 102.311 empregos formais no estado de Mato Grosso do Sul, representando o menor resultado em comparação aos outros indicadores PNAD e RAIS. O CAGED é o único indicador que apresenta queda do emprego formal no ano de 2014, 2.752 empregos perdidos conforme Tabela 16. Esse indicador caracteriza-se por constituir um registro permanente de admissões e demissões de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo feito uma subtração entre o total de admitidos com o total de demitidos por mês, gerando um saldo final que pode representar queda ou crescimento do emprego formal.

O emprego formal no estado de Mato Grosso do Sul a partir do ano de 2011, apresenta uma constante diminuição constatada nos três indicadores analisados, ou seja, mesmo tendo geração de emprego no estado esta geração foi menor. Que mostra que apesar das disparidades entre a metodologia dos indicadores, isto é, enquanto o indicador RAIS é um relatório obrigatório enviado pelas empresas para órgãos do Governo Federal, a PNAD é uma pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios nacional e o CAGED é um registro permanente de admissões e demissões, sob o regime da CLT, os três indicadores analisados caracterizam o

emprego formal de forma distinta, entretanto, os mesmos mostram os reflexos das políticas governamentais do período, ocasionando crescimento ou queda do emprego formal.

5 CONCLUSÕES

O objetivo geral deste estudo foi analisar a evolução ocorrida no mercado de trabalho formal no Mato Grosso do Sul, frente às políticas dos governos Lula e Dilma pelas referências do PNAD, CAGED e RAIS, no período de 2003 a 2014. O estudo mostrou que a evolução do trabalho formal no Mato Grosso do Sul teve resultado de crescimento, conforme dados constantes nos indicadores RAIS, PNAD e CAGED.

Foi importante para melhor compreensão na pesquisa o mercado de trabalho formal, onde se considera o emprego formal de significativa importância para economia brasileira, pois ao analisar a evolução do emprego tem-se um panorama da situação econômica, o empregado com carteira assinada tem acesso a crédito, a serviços sociais, como vale alimentação, transporte e outros, a proteção social, como o fundo de garantia, seguro desemprego, e diversos outros benefícios. Portanto, o emprego formal proporciona estabilidade no fluxo de recursos, sendo um grande estimulador da melhor distribuição de renda.

Segundo a RAIS, no período coincidente com ao primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), o mercado formal de trabalho aumentou mais de 73.443, sendo que durante o período de seu segundo mandato (2007-2010) aumentou 122.104 empregos com carteira assinada, representando um aumento de 66,25% em relação ao primeiro mandato, contudo no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014), o emprego formal aumentou 92.789, comparando com o primeiro mandato do governo Lula aumentou 26,34%, entretanto ao comparar com o segundo mandato o crescimento do emprego formal no governo Dilma foi 24,01% menor.

Comparando os empregos gerados de acordo com o indicador RAIS, no governo Fernando Henrique Cardoso foram gerados 94.302 empregos formais durante o período de 1995 a 2002, enquanto que no governo Lula (2003-2010) o total de empregos formais gerados foram de 195.547, sendo 107,36% maior que os empregos gerados no governo Fernando Henrique Cardoso. No primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) foram gerados 92.789 empregos, sendo esse número 1,60% menor que o total de empregos gerados no governo Fernando Henrique Cardoso.

Analisando o indicador PNAD (2003-2014), no período coincidente com ao primeiro mandato (2003-2006) do governo Lula, o mercado formal de trabalho aumentou 43.828

empregos com carteira assinada, sendo que em seu segundo mandato (2007-2010) aumentou quase de 44 mil empregos formais, representando 2,47% empregos formais gerados a mais que no primeiro mandato, em contrapartida no primeiro mandato (2011-2014) do governo Dilma o emprego formal aumentou 67.362, representando 53,69% empregos gerados a mais que no primeiro mandato do governo Lula e 49,99% a mais que o seu segundo mandato.

No indicador CAGED no período do primeiro mandato (2003-2006) do governo Lula o emprego formal aumentou 29.228, sendo que no segundo mandato (2007-2010) aumentou 12,87% em relação ao primeiro mandato, aumentando 32.990 empregos formais. No primeiro mandato da Dilma (2011-2014) o emprego aumentou 41.111, sendo esse aumento 40,66% maior que o primeiro mandato do governo Lula e 24,62% maior que o segundo mandato.

O terceiro objetivo específico deste estudo foi comparar as coincidências e distorções dos índices de empregos formais no Mato Grosso do Sul segundo os indicadores sociais RAIS, CAGED e PNAD entre 2003 e 2014, sendo que apesar das disparidades entre a metodologia dos indicadores, isto é, enquanto o indicador RAIS é um relatório obrigatório enviado pelas empresas para órgãos do Governo Federal, a PNAD é uma pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios nacional e o CAGED é um registro permanente de admissões e demissões, sob o regime da CLT, os três indicadores analisados caracterizam o emprego formal de forma distinta, entretanto, os mesmos mostram os reflexos das políticas governamentais do período, ocasionando crescimento ou queda do emprego formal.

Destaca-se como formato do mercado de trabalho predominante no Mato Grosso do Sul nos Governos Lula e Dilma nos períodos compreendidos entre 2003 e 2014, o emprego com carteira assinada, que é o quinto objetivo específico deste estudo. Os principais desafios do presente trabalho foi conciliar os três indicadores para fazer uma comparação do nível do emprego formal, devido diferença de metodologia de cada indicador e demonstrar da melhor maneira possível a evolução do emprego formal. Contudo, os indicadores utilizados foram úteis e imprescindíveis para a realização deste estudo, estes possibilitaram buscar números do crescimento do emprego formal e tabulá-los neste estudo.

As limitações deste estudo foram em certos indicadores e momentos da pesquisa a falta de alguns dados de emprego dos indicadores em alguns períodos analisados, considera-se também a dificuldade em encontrar os dados para o estado de Mato Grosso do Sul, devido alguns indicadores serem de âmbito nacional.

Em novos estudos pode-se avaliar o desemprego no período correspondente ao governo Lula e Dilma e comparar com a evolução do emprego no estado de Mato Grosso do Sul, além de abranger um período maior de análise possibilitando uma maior evolução.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, Edward, *et al.* **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n° 353. out. 1994. 37 p.
- ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho Científico**. 48 p. Disponível em: <https://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291081139.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- CAGED – **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.htm>>. Acesso em: 28 set. 2014.
- CAGNIN, Rafael Fagundes; PRATES, Daniela Magalhães; FREITAS, Maria Cristina P. de and NOVAIS, Luís Fernando. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos estud. - CEBRAP** [online]. 2013, n.97, pp. 169-185.
- CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Rev. Econ. Polit.** [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 357-376.
- CORSEUIL, Carlos Henrique L.; MOURA, Rodrigo L. and RAMOS, Lauro. Determinantes da expansão do emprego formal: o que explica o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos?. **Econ. Apl.** [online]. 2011, vol.15, n.1, pp. 45-63. ISSN 1413-8050.
- FIGUEIREDO, Ademir. Mercado formal de trabalho brasileiro: algumas evidências dos últimos dez anos. **Jornal dos Economistas**, n. 279, out. 2012, pg. 3-4.
- FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. katálysis** [online]. 2007, vol.10, n.1, pp. 65-74.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 19 out. 2014.
- KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. **Texto para discussão**. Instituto de Economia UNICAMP. Campinas – SP. fev. 2012.
- MATTEI, Lauro, *et al.* **Evolução do emprego formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. Santa Catarina, 2012.
- MIGLIORA, Luiz Guilherme. Relações de Trabalho. **Fundação Getúlio Vargas Direito**. Rio de Janeiro, 2011.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Recuperação desigual do emprego é desafio para a maioria dos países**. 2013. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/recuperacao-desigual-do-emprego-e-desafio-para-maioria-dos-paises>> Acesso em: 05 out. 2014.
- OLIMPIA, V.; ROLIM, L. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, n. 14, out. 2000.

PAULI, Rafael Camargo; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO, Armando Vaz. Mudança estrutura e mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol, 32, n. 03, jul./set. 2012, p. 459-478.

PNAD – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 25 out. 2014.

PORTAL MS. **Perfil de MS**. 2014. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>. Acesso em: 25 out. 2014.

RAIS – **Relação Anual de Informações Sociais**. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/rais/>. Acesso em : 04 out. 2014

RAMOS, Lauro; BRITO, Marcelo. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período de 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA. n. 22. p. 31-47. nov. 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo and CONCEICAO, Jefferson José da. Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). **Cienc. Cult.** [online]. 2008, vol.60, n.4, pp. 54-57.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha de literatura. Rio de Janeiro, fev. 2005. 32 p. (IPEA, Texto para Discussão. 1070).

VIEIRA, Rosele Marques; MISSIO, Fabrício José; DATHEIN, Ricardo; Análise estrutural-diferencial do mercado formal de trabalho em Mato Grosso do Sul. **XI ENABER – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Foz do Iguaçu – PR. 2013.

WOLECK, Aimoré. O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica. **Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, Jan-2002, p. 33-39.